

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPIDES SOARES DA ROCHA”
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA – UNIVEM
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANDREI ZAMPRONIO SALUM
CARLOS EDUARDO GONZALES LOBO

22 ANOS DO PLANO REAL

MARÍLIA
2016

ANDREI ZAMPRONIO SALUM
CARLOS EDUARDO GONZALES LOBO

22 ANOS DO PLANO REAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador:
Prof. Ms. EDUARDO RINO

MARÍLIA
2016

Salum, Andrei Zampronio; Lobo, Carlos Eduardo Gonzales.

22 Anos do Plano Real / Andrei Zampronio Salum, Carlos Eduardo Gonzales Lobo; Orientador: Eduardo Rino. Marília, SP: [s.n.], 2016.

33f.

Trabalho de Curso (Graduação em Administração) – Curso de Administração, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, Marília, 2016.

1. Economia 2. Economia Brasileira 3. Plano Real

CDD: 330.981



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"
Mantenedora do Centro Universitário Eurípidos de Marília - UNIVEM
Curso de Administração

Carlos Eduardo Gonzales Lobo - 52893-5


Andrei Zampronio Salum - 53079-4

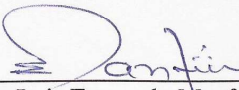
TÍTULO "22 Anos do Plano Real. "

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Administração da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Nota: 90

ORIENTADOR: 
Eduardo Rino

EXAMINADOR: 
José Ribeiro Leite

EXAMINADOR: 
Luis Fernando Manfrim

Marília, 28 de novembro de 2016.

DEDICATÓRIA

Primeiramente, dedicamos esse trabalho aos nossos pais, que são os grandes responsáveis pela nossa vitória, e aos nossos amigos que sempre estiveram do nosso lado, independente da decisão que tomamos. Aproveitamos o momento e pedimos desculpas pelas inúmeras vezes que nos ausentamos de momentos especiais para que chegássemos ao nosso objetivo.

Ao Mestre Eduardo Rino com seu conhecimento e disponibilidade para nos atender ao longo do ano, com todo o seu conhecimento, paciência e clareza nas inúmeras reuniões, desde o início do TCC, com o Pré-projeto, até a conclusão deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a UNIVEM, seu corpo docente, direção, administração e funcionários, pela formação que tivemos ao longo dos anos no curso de Administração.

Agradecimento em especial ao orientador Mestre Eduardo Rino que muito além de um mestre soube nos conduzir dentro desta jornada em busca do conhecimento de maneira leve e instrutiva, com a maestria que lhe é cabida.

Ao Professor Benedito Goffredo pelo primeiro contato com a Economia, despertando nosso interesse pela matéria e assim concluir o Curso de Administração com um TCC na área de Economia.

Andrei: primeiramente, agradeço a minha família, meus pais, Silvio e Fátima, minha irmã, Letícia, e minha tia, Aparecida, por todo o amor e ensinamentos passados a mim, pelo apoio incondicional que me dão diariamente. Agradeço a Carlos Eduardo Gonzales Lobo, meu amigo e parceiro de sala de aula, Balcão de Negócios e TCC na faculdade: não há palavras para descrever a minha admiração pela pessoa que você é e a gratidão por tê-lo como meu amigo. Ao Mestre Rino pelas explicações e conhecimento passado ao longo dos dias, com sua gentileza, paciência e clareza. Aos demais professores, amigos e colegas, que diretamente ou indiretamente contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional.

Carlos: agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, aos meus pais, Pedro e Rita por todo amor e dedicação incondicional hoje e sempre, aos meus irmãos, Anelise e Pedro Henrique que me acompanham e apoiaram mesmo sem nem se darem conta, a minha namorada, Larissa, por toda paciência, apoio irrestrito e amor que sempre me motivaram, ao meu primo, Serafim, que além de um irmão foi um grande colaborador para este trabalho, a todos meus familiares e amigos de modo geral que me incentivaram neste desafio e não obstante agradeço aos grandes mestres que tive durante a vida, meus professores do ensino médio e principalmente os que comigo estiveram na graduação, meus professores da Univem que, através de suas aulas me ensinaram como a docência é bela, lhes serei eternamente grato. Um agradecimento especial ao meu grande amigo, Andrei, companheiro durante os anos da graduação e sem o qual não concluiria este trabalho, obrigado por toda amizade e parceira que foram muito além dos muros acadêmicos, que guardarei sempre com muito carinho.

*“O conhecimento serve para encantar as
pessoas, não para humilhá-las”.*

(Mario Sérgio Cortella)

SALUM, Andrei Zampronio; LOBO, Carlos Eduardo Gonzales. **22 anos do Plano Real**. 2016. 33f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Administração) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2016.

RESUMO

Completando 22 anos de existência no ano de 2016, o Plano Real tinha como objetivo estabilizar a economia brasileira, que estava em recessão a alguns anos devido à alta inflação que amedrontava o país por um período de aproximadamente 30 anos. Outros planos de troca de moeda para estabilização da economia foram criados, porém, sem sucesso como o Plano Real. A sua criação se deu no final do ano de 1993, no governo de Itamar Franco juntamente com o Ministro Fernando Henrique Cardoso, e foi no dia 1º de julho de 1994 que a fase final do Plano foi implantada. Para o Plano Real ser considerado o melhor plano econômico já executado no Brasil, algumas medidas necessárias e importantes foram tomadas para que houvesse uma minimização dos possíveis choques que o plano poderia causar com o passar do tempo, tendo assim, uma maior efetividade do Plano. Após passar por todas as fases, o Real foi implementado com sucesso, sendo considerado o melhor plano já executado para estabilização da economia brasileira.

Palavras-chave: Economia; Economia Brasileira; Plano Real.

SALUM, Andrei Zampronio; LOBO, Carlos Eduardo Gonzales. **22 years of the Real Plan.** 2016. 33f. Course Work (Bachelor in Administration) – University Center Eurípides de Marília, Education Foundation “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2016.

ABSTRACT

Completing 22 years of existence in the year of 2016, the “Plano Real” aimed to stabilize the Brazilian economy, which was in recession a few years due to the high inflation that frightened the country for a period of approximately 30 years. Other currency trading plans to stabilize the economy were created, but without success as the “Plano Real”. Its creation took place at the end of 1993, the government of Itamar Franco with the Minister Fernando Henrique Cardoso, and was on 1 July 1994 the final phase of the plan was implemented. To the “Plano Real” be considered the best economic plan already performed in Brazil, some necessary and important steps have been taken to ensure that there was a minimization of possible shocks that the plan could cause over time, and thus a higher effectiveness of the Plan. After going through all the stages, the “Real” has been successfully implemented and is considered the best plan already run for stabilization of the Brazilian economy.

Palavras-chave: Economy; Brazilian Economy; Real Plan.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Comparativo 1ª Semana X 18ª Semana	23
--	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Cédula de Mil Cruzeiros Reais	24
Figura 02 – Cédula de Cinquenta Reais	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FHC: Fernando Henrique Cardoso

CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

URV: Unidade Real de Valor

FMI: Fundo Monetário Internacional

PAI: Programa de Ação Imediata

IPMF: Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

FSE: Fundo Social de Emergência

IGP-M: Índice Geral de Preços do Mercado

IPC-FIPE: Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

IPCA-Especial: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. ECONOMIA.....	13
1.1. História da Moeda no Mundo.....	16
1.2. História da Moeda no Brasil.....	17
2. O PLANO REAL	20
2.1. PAI – Programa de Ação Imediata.....	21
2.2. URV – Unidade Real de Valor.....	22
2.3. Implementação da nova moeda - Real.....	23
3. AS CONSEQUENCIAS DO PLANO REAL PARA A ECONOMIA DO PAIS.....	25
3.1. As medidas que devem ser implementas para o restabelecimento do Desenvolvimento Econômico.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

Completando vinte e dois anos de existência neste ano de dois mil e dezesseis, o plano real mudou a vida dos brasileiros desde sua implantação no ano de mil novecentos e noventa e quatro que refletem até hoje. Com a inflação chegando a casa dos quatro dígitos, o plano tinha como objetivo realizar o “corte de três dígitos” da inflação e estabilizar a economia brasileira.

O trabalho tem como objetivo expor quais foram as etapas do plano, desde a sua ideia, passando pelas medidas que foram tomadas, as suas implantações, os resultados alcançados e o atual cenário econômico do país.

Atualmente a situação econômica do Brasil encontra-se num estágio muito instável, porém ainda resistente devido a reflexos das conquistas alcançadas pelo Plano Real, que surgiu de um momento conturbado no ano de 1993, quando foi iniciada sua implantação em três etapas: estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, objetivando eliminar a principal causa da inflação; criação de um padrão estável de valor, a Unidade Real de Valor (URV); e emissão de uma nova moeda nacional com poder estável, o Real. Após finalizado o plano foi apontado por alguns economistas como a melhor experiência de estabilização da economia brasileira, e a melhor redistribuição de renda já feita no país.

É necessário antes de discriminar a importância do Plano Real para a economia brasileira e todos seus desdobramentos realizar uma breve introdução ao conceito de economia e recapitular os momentos históricos no qual este plano foi inserido, como foi implantando e quais as maiores virtudes e vulnerabilidades dele. O plano previa obstáculos a serem enfrentados no ambiente externo e interno pela economia e assim realiza-se a relação do Brasil no âmbito externo nos últimos anos, a relação feita com FMI, as variações cambiais, crescimento do comércio internacional, relações comerciais com outros países e qual a situação do país presentemente no cenário internacional.

Distinguindo-se de maneira significativa dos planos econômicos que o precederam, o Real não incluiu congelamento de preços. Assim, de início, o governo livrava-se do verdadeiro pesadelo representado pela recorrente utilização de ações judiciais contra a quebra de contratos, como sucedera nas experiências anteriores de estabilização (BOCCHI; LACERDA; REGO; BORGES; MARQUES, 2004).

Os brasileiros que vivenciaram os anos que precederam a implementação do Plano Real experimentaram tentativas fracassadas de contenção da inflação principalmente com o

congelamento de preços que não funcionaram, pois apenas dificultava a mensuração da inflação, o que gerou uma inflação residual e um desequilíbrio na estrutura de preços relativos.

O governo tomava como correto o diagnóstico de que o desequilíbrio era decorrente de problemas fiscais. Apontava o setor financeiro como beneficiário direto do desajuste, pelo efeito das taxas de juros e inflação sobre suas receitas. (BOCCHI; LACERDA; REGO; BORGES; MARQUES, 2004).

Dentro deste cenário era previsto uma queda na inflação e uma redução de juros, devido ao fato das instituições financeiras terem que recorrer ao Banco Central para se sustentarem, sendo assim necessária a promoção de um processo de saneamento dos bancos públicos e privados, de maneira a garantir a sobrevivência de um sistema bancário saudável.

Segundo Bocchi; Lacerda; Rego; Borges; Marques (2004): “A evasão fiscal inviabilizava o ajuste das contas públicas. Dados da Secretaria da Receita Federal indicavam que, para cada cruzeiro arrecadado, outro cruzeiro era sonogado”.

O combate à sonegação foi muito importante devido à importância numérica que ele representava aos cofres públicos, assim uma campanha massiva foi realizada nesta conscientização e estas medidas que pretendiam aumentar a eficiência da administração do patrimônio com potencial de receita estimado em cerca de R\$ 1 bilhão/ano. Assim ficou proibido a inadimplentes do governo federal a participação em concorrências públicas, a tomada de empréstimos de bancos oficiais e a manutenção de qualquer tipo de concessão pública.

Neste trabalho adotaremos a metodologia de pesquisa exploratória, através de Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa na Internet e a periódicos. Estas duas últimas formas de pesquisa auxiliaram na busca por informações em outras universidades e dados complementares. Foi feito um levantamento bibliográfico em material impresso e on-line com autores que oferecem embasamento teórico ao assunto.

1. ECONOMIA

Pode-se afirmar que a economia surgiu com a publicação do livro *Uma Investigação sobre a Natureza e a causa da Riqueza nas Nações* (1776) do economista Adam Smith (1723-1790), onde foi introduzida a ideia de que há ganhos com o comércio. Porém, antes dos estudos e da publicação do livro de Smith, a economia já existia: o pensamento econômico surgiu na Grécia Antiga, com os pensadores Platão e Aristóteles, que já identificavam problemas no comércio e a riqueza na época.

Os gregos fizeram grandes e importantes contribuições, assim também como os escolásticos da Idade Média. Da mesma forma, entre os séculos XV até o século XVIII os mercantilistas e a partir do século XVIII, os fisiocratas franceses. Porém, foi Adam Smith, quem realizou os estudos e os entendimentos mais profundos da economia, que mais tarde deu lugar ao que se denominou ‘Escola de Economia Político Inglesa’.

A economia é uma ciência social, influenciada por diversos fatores, como: religião, cultura, política, mercado, barganha, ideologia, valores, entre outros, sendo impossível darmos uma definição exata para o que é economia. Porém, Lionel Robbins (1898-1984) propôs uma definição mais aceitável para economia:

A economia é a ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos. (ROBBINS, 1932).

Seguindo a linha de Robbins, mas sendo mais natural, temos a definição do economista vitoriano Alfred Marshall (1842-1924) que definiu a economia como “o estudo da humanidade nos negócios ordinários da vida”. Embora seja imprecisa entende-se que sua definição trata de produção, distribuição e consumo da riqueza, ou ainda, a organização da produção para a satisfação das necessidades humanas.

Considere que nos diversos países do mundo as pessoas estão tomando bilhões de decisões entre gastar seu dinheiro com as diferentes coisas de que necessitam e as que desejam. Em toda parte, empresas de todos os tipos e portes estão decidindo a respeito de quanto e quais bens e serviços produzir e que tecnologias e recursos utilizar para ofertá-los. Todos os tipos de agências governamentais e instituições sem fins lucrativos estão coletando impostos e solicitando doações para fornecer bens e serviços ao público e a grupos especiais como os pobres, os idosos e os desempregados. (THOMPSON, JR.; FORMBY, 1998, p. 1)

Fundamentalmente a economia enquanto atividade humana e como objeto de estudo científico, pode ser compreendida por meio de duas constatações básicas: a primeira é que é impossível dimensionar qual o limite das necessidades humanas, em outras palavras, não conseguimos quantificar a que nível e amplitude que estas variáveis podem assumir, contudo em determinados casos podemos tê-las como limitadas. A segunda é que ao contrário da infinidade destas necessidades os recursos para satisfazê-las por outro lado são finitos e muitas vezes escassos diante da voracidade do consumo. Mesmo com a evolução tecnológica, vários recursos não conseguiram ter sua característica limitada alterada, alguns teóricos os classificam sempre como escassos variando apenas em seu grau.

Em razão desses dois fatos, toda sociedade tem que constituir relações com o objetivo de organizar e racionar a utilização desses recursos finitos e enquanto ciência social que visa estudar tais realidades, a atividade social desenvolvida por elas e seus fenômenos, afim de administrá-los a economia, cuja origem etimológica da palavra é grega e vem da junção das palavras “*oikos*” (casa) e “*nomos*” (norma), leva exatamente este sentido de “administração da casa”.

Sabemos que mesmo antes da velocidade do consumo da sociedade atual a escassez já era inerente a condição humana no tocar da satisfação de suas necessidades e na evolução dos desejos, a diferença essencial é que com o avanço cultural, territorial, tecnológico, tais necessidades e desejos tomaram proporções jamais imaginadas para as gerações primitivas e o suprimento constante destes ocasionou maior escassez dos recursos e até a finitude de alguns deles.

A necessidade vista de modo científico é um desejo socialmente manifestado que leva o sujeito que o possui a agir em busca dele e não pode ser confundido com o desejo. Ela é estudada pela economia enquanto ciência, independentemente de seu conteúdo, sem nenhum julgamento de valor. Todavia, podemos classificá-las segundo a sua superficialidade, sendo: essenciais; menos essenciais; ou supérfluas. Podem também ser de vários ângulos. Maslow as classificou segundo uma hierarquia, sendo divididas em:

- Primárias (naturais ou vitais): Tem característica de ser imperiosa, ou seja, devem ser satisfeitas para garantir a subsistência do homem.

- Secundárias (sociais ou artificiais): São frutos da civilização e não atendimento implica apenas num sofrimento não fatal, em outras palavras o homem pode viver sem saciá-las.

Segundo Mankin (2005, p.3) “...cada família precisa alocar seus recursos escassos e seus diversos membros, levando em consideração as habilidades, esforços e desejos de cada um”.

Os recursos produtivos, também chamados de fatores de produção, são os elementos utilizados no processo de fabricação dos mais variados tipos de bens (mercadorias) e utilizados para satisfazer as necessidades humanas. Todas as pessoas sentem necessidade de consumir, tanto alimentos, água e ar, quanto por bens de consumo como televisão, computadores, máquinas, entre outros.

O bem econômico está sempre vinculado com a utilidade e escassez, a última como visto anteriormente é a falta de recursos e a primeira visa suprir ou atender as necessidades seja em parte ou no todo.

Portanto pode-se observar como é intrínseca a relação entre utilidade e escassez, fica subentendido que se algo é inútil também não pode ser considerado escasso, pois não há procura por este bem ou serviço no qual ninguém enxergue valor. Contudo a recíproca não é verdadeira, pois existem bens úteis que não são escassos e estes são denominados Bens Livres, um exemplo clássico sempre foi a água, porém em determinados lugares do globo, este já é considerado um bem escasso, o que a torna atualmente considerada como Bem Transitoriamente Livre.

Segundo Mankiw (2005), não há nada de misterioso sobre o conceito de economia, em qualquer parte do mundo, uma economia é um grupo de pessoas que estão interagindo umas com as outras e dessa forma, vão levando a vida.

Ante o exposto observar-se que o conceito básico de Economia está ligado ao modo que as necessidades humanas têm a tendência de se multiplicarem infinitamente e que os recursos por outro lado são, na maioria das vezes, limitados e finitos e enquanto ciência ela tem a intenção dirimir este impasse e administrá-lo.

Ao longo dos séculos, outros economistas e pensadores contribuíram com o desenvolvimento do estudo da economia. Citam-se outros economistas que contribuíram com os estudos e entendimentos acerca da economia:

- Thomas Robert Malthus (1766-1834) com a obra *Ensaio sobre a População*, de 1798. Malthus foi considerado o pai da demografia populacional, conhecido por seus estudos sobre o crescimento populacional, que ficou mais conhecido como teoria malthusiana.
- David Ricardo (1772-1823) com a obra *Princípios da Economia Política e Tributação*, de 1817, que tinha como objetivo a crítica das riquezas das nações sobre uma nova perspectiva: a economia política.
- John Stuart Mill (1806-1873) com a obra *Princípios da Economia Política*, de 1848, que deu um novo vigor à teoria de David Ricardo.
- Karl Marx (1818-1883) com o conjunto de obras chamado *O Capital*, que é uma junção de vários livros, sendo o primeiro em 1847, que constituem uma análise do capitalismo através da crítica economia política. Através dos ensinamentos de Adam Smith e David Ricardo, Marx foi o último economista da escola clássica Inglesa e autor da teoria do valor do trabalho ou mais-valia como é mais conhecida.

1.1. História da Moeda no Mundo

Para este estudo um ponto importante da economia está situado no surgimento da moeda que é definida como “um bem instrumental que facilita as trocas e permite a medida ou comparação de valores” (MASI, 2013, p. 102), pois visa mostrar um dos motivos da implantação do Plano Real e seus impactos até os dias atuais.

Os primeiros registros de uso de moedas metálicas como forma de pagamento são do século VII a.C, na atual Turquia, e os primeiros registros de uso de papel-moeda, ou notas, como são mais conhecidas atualmente, são do século IX na China. Antes disso, o meio de pagamento utilizado nas transações comerciais eram as mercadorias produzidas nas comunidades. Por mercadoria doravante conceituaremos segundo Lacombe (2004) “qualquer produto ou serviço produzido para venda ou troca por outra coisa num sistema de mercado”.

Como forma de pagamento “os produtos mais usados como moeda foram: gado, fumo, peles, óleo de oliva, cobre, ferro, prata, ouro, sal (de onde vem a palavra salário) e diamante” (SOUZA, 2000, p.195). Essa forma de pagamento se dá o nome de escambo e os primeiros a usarem esse artifício foram os nômades, visto que não conheciam e não faziam o uso de moedas ou de papéis-moedas e quando necessitam ou desejam algo que não possuíam, praticava-se o uso do escambo, realizando trocas das mercadorias que possuíam com as mercadorias que necessitam/desejavam.

Após o uso do escambo, tivemos a introdução dos primeiros metais como forma de pagamento. O ouro, prata e o cobre foram os primeiros metais utilizados na cunhagem de moedas. Esses três metais foram usados por conta da sua raridade, beleza, imunidade à corrosão e costumes religiosos: os sacerdotes da Babilônia acreditam na ligação do ouro com o sol e da prata com a lua, acreditando-se que existia um poder mágico desses metais com os dois astros. Durante muito tempo, esses metais foram usados como forma de pagamento na seguinte ordem de valor: o primeiro era o ouro, o segundo a prata e o terceiro o cobre, Passos e Nogami (2003, p. 450) afirma que “os metais foram as mercadorias cujas características mais se aproximam das características que se exigem dos instrumentos monetários”. Após a inserção de outros metais que suportavam a alta rotatividade, perdeu-se o valor do metal que a moeda era cunhada e passou a valer o valor extrínseco de cada uma, ou seja, o que estava gravado em sua face, independente do material que a moeda era feita.

Com o uso das moedas de metais, era comum na Idade Média que as pessoas guardassem suas moedas com os ourives, que eram as pessoas que trabalhavam e mexiam com metais preciosos, na fabricação de joias e ornamentos. Como garantia, os ourives entregavam um recibo, que continha os valores guardados anteriormente. Com o passar do tempo, as pessoas começaram a utilizar esses recibos como forma de pagamento, dando assim origem a moeda de papel.

1.2. História da Moeda no Brasil

Desde o seu descobrimento até hoje, o Brasil já teve nove moedas em circulação: a primeira moeda foi herança da colonização portuguesa, que levava o nome de Réis, e a última, que é a atual, o Real.

- 1ª Moeda: Réis – de 1500 a 1942 – Moeda usada também em Portugal.
- 2ª Moeda: Cruzeiro – de 1942 a 1967 – Criada no governo do Presidente Getúlio Vargas, em 1942, foi a primeira moeda a utilizar a casa dos centavos e também foi responsável pelo corte de zeros e estabeleceu que um cruzeiro valeria mil réis.
- 3ª Moeda: Cruzeiro Novo – de 1967 a 1970 – O Cruzeiro novo entrou em circulação no regime militar de 1967 e após a sua implantação, o Cruzeiro perdeu três zeros.
- 4ª Moeda: Cruzeiro – de 1970 a 1986 – A moeda voltou a se chamar Cruzeiro, mas nada mudou no seu valor. Um cruzeiro valia um cruzeiro novo.
- 5ª Moeda: Cruzado – de 1986 a 1989 – Com o alto índice de inflação, o Brasil passou por mais uma mudança de moeda e o corte de três zeros em relação ao Cruzeiro.
- 6ª Moeda: Cruzado Novo – 1989 a 1990 – Novamente com o alto índice de inflação, foi criada uma nova moeda e o corte de três zeros em relação ao Cruzado.
- 7ª Moeda: Cruzeiro – 1990 a 1993 – No primeiro ano de governo do Presidente Fernando Collor, a moeda retornou seu nome pela terceira vez como Cruzeiro, porém, não houve corte de zeros em relação ao Cruzado Novo.
- 8ª Moeda: Cruzeiro Real – 1993 a 1994 – Em agosto de 1993, o Presidente Itamar Franco criou o Cruzeiro Real, que já era preparação do Plano Real e houve o corte de três zeros em relação ao Cruzeiro.
- 9ª Moeda: Real – 1994 até hoje – Em julho de 1994, durante o Plano Real, entrou em circulação o Real que tinha como objetivo conter a inflação. Cada Real valia 2.750 Cruzeiros:

Desde o seu surgimento a função principal da moeda, segundo Fábio Nusdeo (2014), pag. 51), “a definição de moeda confunde-se, pois, com sua principal função: moeda é instrumento de troca. Para que ela, porém sirva como tal, deve não apenas conservar-se a si própria fisicamente como também conservar em si o valor, quer dizer, incorporar permanentemente o valor original pelo qual foi aceita”. E nesta definição encontra-se o ponto chave deste capítulo que pretende apresentar uma breve introdução ao conceito de economia e

de moeda, pois a moeda brasileira até então não estava conseguindo cumprir com seu segundo papel de conservar seu valor, sofrendo uma disfunção. Ainda segundo Fábio Nusdeo (2014).

[...] quando tal não se dá, ela sofre uma disfunção, uma espécie de doença monetária. É o caso típico da inflação, quando seu poder aquisitivo se desgasta e ela serve apenas como instrumento de troca, enquanto a função de reserva de valor passa a ser exercida pelos vários índices de preços destinados a ‘corrigi-la’ ou então diretamente por outros bens, como terras, metais, joias, etc. (NUSDEO, 2014, p.51).

E por último, a sua terceira função é atuar como um padrão de valor, com uma quantificação deste e, segundo Fábio Nusdeo (2014):

Surge assim o preço. Ele nada mais vem a ser do que o valor econômico expresso em unidades monetárias e quantificado por elas, de tal sorte que quando dois bens apresentam o mesmo preço, eles podem tranquilamente ser permutados, pois terão idêntico valor (NUSDEO, 2014, p.52).

2. O PLANO REAL

Com os escândalos de corrupção do governo Fernando Collor, que se deu de 15 de março de 1990 (posse) até 29 de dezembro de 1992 (renúncia) e com o alto índice de crise financeira e inflacionária, o governo de Itamar Franco, sucessor de Collor após a sua renúncia, deu início no final de 1993 a um plano econômico que tinha como objetivo controlar a hiperinflação que amedrontava o Brasil durante um período aproximadamente de 30 anos.

No final de 1993, começou a ser implementado o plano mais engenhoso de combate à inflação já utilizado no país. Após uma série de tentativas fracassadas de planos heterodoxos na Nova República, o Plano Real conseguiu reduzir a inflação e mantê-la sob controle durante longo período de tempo, apesar das várias crises internacionais, da crise cambial de 1998/99 e da mudança do regime de política econômica a partir de então. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2015).

Assim como o Plano Cruzado, o Plano Real partiu do diagnóstico que a economia brasileira era muito inerte e para o Plano ter sucesso, era necessário de que fosse tendencioso e garantir que, após o rompimento dessa tendência, este não chocasse a economia, ou então, caso houvesse choque, houvesse também um mecanismo para diminuir o efeito desse choque.

O Plano Real foi um dos planos mais engenhosos de combate à inflação do Brasil, conseguindo, após várias tentativas fracassadas, reduzir a inflação partiu de forma duradoura no país. O Plano Real, como o Plano Cruzado, também partiu do diagnóstico de que a inflação brasileira possuía um forte caráter inercial. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2015).

Em maio de 1993, Itamar convidou Fernando Henrique Cardoso, então Ministro das Relações Exteriores, a assumir o Ministério da Fazenda. Antes de Fernando H. Cardoso assumir a pasta da Fazenda, Itamar já havia realizado três trocas no comando do Ministério da Fazenda em um período de 7 meses, visto que o cargo de Ministro da Fazenda era o cargo de maior visibilidade do governo, devido a inflação que chegou na casa dos 2.400% em 1993.

Quando assumiu o Ministério da Fazenda, FHC começou os preparativos para a estabilização da economia com o novo Plano e este visava não cair nos equívocos e nos erros dos planos anteriores. Para isso, FHC adotou alguns pontos necessários e importantes para o sucesso do Plano:

- O Plano Real seria adotado gradualmente, de acordo com o cronograma e nada seria adotado de surpresa, conforme já havia acontecido com os outros planos;

- Substituição natural da moeda sem que houvesse congelamento dos preços dos produtos;
- Minimização dos desequilíbrios existentes na economia Brasileira.

Era necessário também que, para o sucesso do Plano, a inflação fosse atacada e controlada para que houvesse maior efetividade. Para isso, as medidas necessárias foram divididas em três fases:

- Ajuste fiscal com a criação do PAI – Programa de Ação Imediata;
- Indexação completa da economia com a criação da URV – Unidade Real de Valor;
- Transformação da URV em R\$ – Reforma monetária e implementação da nova moeda – Real.

2.1. PAI – Programa de Ação Imediata

O Programa de Ação Imediata, ou PAI, foi um conjunto de medidas econômicas criado em julho de 1993 e tinha como finalidade preparar a economia para receber o lançamento do Plano Real no ano seguinte, fazendo uma equalização do desequilíbrio orçamentário e impedir que ocorressem pressões inflacionárias a partir deste desequilíbrio:

- Corte e contenção dos gastos públicos: em 1993, os gastos públicos aproximavam a casa dos US\$ 7 bilhões e para controlar a inflação, era necessário reduzir os gastos públicos;
- Criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, ou IPMF, que era temporário e incidia de 0,25% de alíquota sobre o valor de todas as movimentações financeiras;
- Aprovação do Fundo Social de Emergência, ou FSE, que seria alimentado por 15% da arrecadação de todos os impostos arrecadados pela União.
- Recuperação da Receita: aumentar a fiscalização contra o combate à evasão fiscal;
- Austeridade no relacionamento com Estados e Municípios: foram efetuados cortes nos repasses inconstitucionais, forçando os Estados e os Municípios a diminuírem seus gastos, respectivamente;

- Ajustes nos Bancos Estaduais: através da intervenção do Banco Central do Brasil, foram cortados os gastos e a punição das irregularidades através da Lei do Colarinho Branco;
- Redefinição das funções dos Bancos Federais: diminuição dos gastos dos bancos públicos com o enxugamento da estrutura, evitando a concorrência e também punindo irregularidades através da Lei do Colarinho Branco;
- Privatizações: venda de empresas estatais, como siderúrgicas, petroquímicas, fertilizantes, entre outras, entendendo que as empresas mantidas pelo poder Público era refém de interesses políticos e econômicos.

As medidas tomadas no Programa de Ação Imediata tinham como caráter serem temporárias e não definitivas, para que estas ajudassem a estabilização da economia como se fossem medidas paliativas e necessárias.

2.2. URV – Unidade Real de Valor

A URV, ou Unidade Real de Valor, lançada em março de 1994, foi um índice, um novo sistema de indexação, calculado diariamente e que servia para converter os valores, tanto os preços quanto os salários, em um novo padrão monetário para que segurasse a inflação, através dos índices econômicos: IGP-M, IPC-FIPE e IPCA-Especial. Nessa época, a inflação beirava a casa dos 5.500% ao ano e a intenção era que a URV servisse de referência nos preços para a população, para depois, a nova moeda, entrasse em operação.

Uma série de preços e rendimentos foi convertida instantaneamente em URV – preços oficiais, contratos, salários, impostos etc. -, e os demais preços foram sendo convertidos voluntariamente pelos agentes. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2015).

Assim, a URV serviu para o comércio determinar seus preços, efetuar contratos e determinar salários, independente das desvalorizações monetárias provocadas pela inflação, ou seja, provocando uma indexação generalizada da economia. (LACERDA, BOCCHI, REGO, BORGES, MARQUES, 2005).

Com o URV, a mudança de moeda e estabilização monetária foram de forma democrática e transparente, sem o medo do confisco das poupanças dos brasileiros que já havia acontecido no governo de Collor. Assim que entrou em vigor, uma URV era igual a 647,50 cruzeiros reais e o índice era recalculado todo dia enquanto os preços das mercadorias

e serviços eram fixados em URV. Na tabela abaixo, podemos comparar o valor da URV em relação ao cruzeiro real, da primeira semana e da última semana:

Tabela 01 – Comparativo 1ª Semana X 18ª Semana

1ª Semana				
Seg. (28/02)	Ter. (01/03)	Qua. (02/03)	Qui. (03/03)	Sex. (04/03)
0,00	647,50	657,50	667,65	677,98
18ª Semana				
Seg. (27/06)	Ter. (28/06)	Qua. (29/06)	Qui. (30/06)	Sex. (01/07)
2596,58	2647,03	2698,46	2750,00	R\$ 1,00

Fonte: Banco Central do Brasil

Quando praticamente todos os preços estavam expressos em URV, o governo introduziu a nova moeda, o Real (R\$), em 1º de julho, cujo valor era igual ao da URV (e, por conseguinte ao US\$) do dia: CR\$ 2.750,00. Assim, todos os preços em CR\$ eram convertidos em R\$, dividindo-se pelo valor da URV do “dia D”. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2015).

2.3. Implementação da nova moeda - Real

Em 30 de junho de 1994, a terceira fase do Plano Real entrou em ação, com a edição da medida provisória que implementava a nova moeda: os cálculos e as conversões que eram realizadas através da URV, foram trocadas para a entrada do Real.

Em 1º de julho, a nova moeda Brasileira, o Real, foi colocada em circulação. Como Fernando H. Cardoso havia deixado o cargo de Ministro da Fazenda para se candidatar a Presidente da República, o novo ministro, Rubens Ricupero, estava à frente do Ministério da Fazenda nessa data, complementando a implementação do novo plano econômico que teve uma aceitação pela maioria da sociedade e dos empresários, que tiveram tempo de ajustar os custos dos produtos e os salários dos funcionários; bem como as explicações necessárias para os investidores e as autoridades do exterior.

Com a introdução na economia da nova moeda, novas cédulas entraram em circulação no país, visto que a troca dos papéis moedas estava prevista no início do plano. Ao todo, 5 novos tipos de cédulas foram introduzidos no mercado.

Nas figuras abaixo, confere-se as cédulas de Cruzeiro, que era a moeda vigente até a introdução da nova moeda, e a cédula do Real, que entrou em vigor em 1º de julho de 1994.

Figura 01 – Cédula de Mil Cruzeiros Reais



Fonte: Banco Central do Brasil

Figura 02 – Cédula de Cinquenta Reais



Fonte: Banco Central do Brasil

3. AS CONSEQUENCIAS DO PLANO REAL PARA A ECONOMIA DO PAIS

Com o objetivo de conter a inflação e estabilizar a economia, o Real passou a ser a nova moeda nacional – “moeda vinculada ao dólar cuja emissão de novas quantidades estava condicionada ao volume de dólares existentes nos cofres do Banco Central do Brasil” (DUARTE, 2016).

Com o ajuste fiscal que propunha “reequacionar o orçamento” – por meio do PAI, da criação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras), e do FSE, um conjunto de medidas temporárias – o governo conseguiria tanto estabilizar a economia quanto promover o crescimento econômico (BRAZ; CABRAL; DIAS, 2013, p.06).

As consequências principais destas medidas foram: o controle da inflação; o aumento dos investimentos de capital estrangeiro, em razão dos altos juros praticados no país; e a maior abertura da economia às importações, estimulando a concorrência produtiva da indústria nacional com mercado externo (PINTO, 2016).

Para que isso pudesse ocorrer, foi implementado pelo governo a Âncora Monetária, a qual era composta de medidas restritivas para controle monetário, e a Âncora Cambial, uma ferramenta para contenção dos preços no mercado interno.

Esses dois instrumentos proporcionavam, então, a estabilidade dos preços de produtos e o controle da inflação, garantindo poder de compra à população:

Com o fim do imposto inflacionário, a população de baixa renda teve um aumento real em seu poder de compra. Se antes não podiam se proteger da corrosão da inflação e, mesmo tendo seu salário corrigido pela URV, seu poder de compra era reduzido ao longo do mês, agora o fim dessas perdas proporcionou um real aumento em seu poder de compra. Esse aumento de poder de compra exerceu pressão sobre a demanda (BRAZ; CABRAL; DIAS, 2013, p.07). Isso animava a população e o empresariado brasileiro.

No entanto, em 1994, a Âncora cambial, o aumento da demanda a abertura comercial, que foram a “solução para o controle sobre os preços internos dos produtos” (BRAZ; CABRAL; DIAS, 2013, p.08) passaram a chamar atenção do governo com relação às contas externas do país. Já que havia agora um déficit no balanço dos serviços – sem superávit comercial – “o desequilíbrio nas transações correntes precisaria ser financiado pelas reservas e pela entrada de recursos externos” (BRAZ; CABRAL; DIAS, 2013, p.08).

Mais uma vez, volta-se a preocupação para o controle da inflação. Então, empossado o novo governo em 1995, houve elevação das taxas de juros e privatização de empresas estatais – vendidas principalmente para empresas de capital estrangeiro – e, mesmo com duras críticas a essa medida, FHC teve sucesso em relação à estabilidade econômica e, logo, êxito em seu mandato, sendo então, reeleito em 1998.

A partir desse ponto a principal ferramenta de condução da política econômica passa a ser a política monetária, visando controlar a demanda, diminuir o déficit no balanço comercial, contenção dos preços internos e manutenção das taxas de juros em níveis atraentes para o capital estrangeiro (BRAZ; CABRAL; DIAS, 2013, p.09).

Entretanto, em seu segundo mandato, FHC enfrentou uma crise econômica. “Para controlar a inflação, as medidas desestimularam o consumo interno e, conseqüentemente, elevaram o desemprego” (DUARTE, 2016) – iniciava-se um período de recessão da economia.

Somado à incapacidade do governo em implementar pacotes fiscais, o que causou grande desconfiança quanto à sua capacidade de pagamento, houve o aumento do déficit operacional, causado principalmente pela redução do superávit primário, o que demonstrava significativo aumento das despesas não financeiras do governo (BRAZ; CABRAL; DIAS, 2013, p.10).

A solução era recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e desvalorizar a moeda em relação ao dólar, extinguindo a paridade entre as moedas. Era esse o início da mudança na política cambial, que ocorreu em duas fases:

- 1) Adoção do câmbio flutuante, no qual o dólar passou a valer R\$2,00 já em 1999.
- 2) Estabelecimento de uma taxa de juros de 45% aa.
- 3) Ajuste do superávit primário

No mês seguinte à mudança do câmbio, ocorreu o crescimento econômico. Porém, com a desvalorização cambial, o núcleo da inflação voltava ao “patamar de pré-desvalorização”, sofrendo desvalorização os bens *treadables*:

A não contaminação da economia como um todo pela inflação observada nos bens transacionáveis foi devido a sua característica de precificação atrelada ao câmbio e pelo rápido retorno da taxa de inflação aos níveis pré-valorização, demonstrando que os ajustes demandados pelo mercado haviam sido feitos (BRAZ; CABRAL; DIAS, 2013, p.12).

Em 1999, estabeleceu-se um sistema de metas de inflação com taxas de juros para o cumprimento de tais metas. Se a inflação ameaçasse ultrapassar a meta seria aumentada a taxa de juros; caso contrário, houvesse arrefecimento da inflação, reduzia-se a taxa de juros.

Elevar a taxa de juros gera a inibição do investimento e, logo, o desaquecimento da economia. O aumento da dívida pública soma-se ao aumento da desvalorização cambial. Apesar da redução nos gastos públicos com a criação da CPMF era necessário um ajuste do superávit primário, controlando ainda mais os gastos públicos.

Instaurou-se em 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal, promulgando uma reforma na previdência social e a privatização e readequação de bancos estaduais, que eram uma das maiores fontes de gastos públicos (BRAZ; CABRAL; DIAS, 2013, p.13).

Isso teve um efeito positivo na economia durante o ano, mas, já em 2001, o crescimento da atividade econômica teve queda devido “às pressões cambiais, causadas pela crise na Argentina e pelo racionamento de energia causado por fatores climáticos e pelo baixo investimento no setor” (BRAZ; CABRAL; DIAS, 2013, p.13).

Em seu último ano de mandato, FHC cumpria a inovação da estabilidade econômica do Plano Real à custa do aumento do desemprego e das altas taxas de juros. Acrescentava-se a isso, a disparidade econômica da população – havia pouca distribuição de renda. Era o contexto político necessário para a oposição e garantia da vitória de seu candidato, Luiz Inácio Lula da Silva.

Passado o período de campanha eleitoral, as propostas de controle da inflação, ampliação das exportações, contenção de despesas e, principalmente, o fomento à distribuição de renda, apesar de empreenderem um desenvolvimento socioeconômico ao país “não desvencilhava as práticas econômicas” daquelas de governos anteriores.

Na realidade, segundo os pesquisadores Braz, Cabral e Dias (2013), os 10 primeiros anos da implementação do Plano Real evidenciam-se como um sucesso, com uma eficiência na condução da política econômica baseada na manutenção do tripé macroeconômico (sistema de metas inflacionárias, câmbio flutuante e superávit primário), garantindo a estabilização da economia, com um plano inovador e engenhoso o qual enfrenta uma infraestrutura limitante e diversas reformas (tributária, trabalhista, previdenciária) que barram o desenvolvimento econômico (BRAZ; CABRAL; DIAS, 2013, p.14-15).

Essa falta de vontade política dos governantes, até os dias atuais, em resolver inicialmente o principal problema do país, a reforma política, seguida da reforma ou simplificação tributária, previdenciária e trabalhista, levou o cenário econômico brasileiro a situação em que se vivencia o descompromisso para com a população, os resultados da saúde e educação, sem falar na segurança pública, levando a incerteza dos investidores e da própria população residente.

Outro fator que levou a desvalorização do Real da sua criação até 2015, pode ser medida pelo valor da nota de R\$100,00 (cem reais) que hoje vale somente R\$18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos), foi o não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, obrigando os governantes a não gastarem mais do que recebem de impostos anualmente, sendo obrigados ainda a realizar um superávit primário para o pagamento dos juros da dívida pública.

A evidência das afirmações acima, ficam patentes com as observações dos analistas econômicos sobre a falta de uma programação clara e objetiva da utilização dos recursos públicos pelas três esferas de governo, que pelo desmando proporcionou uma dívida interna da ordem de 3 trilhões de reais e, os políticos não se preocupando com esses fatores querem ainda elevar os gastos públicos para que possam ser reeleitos.

Essas condições levaram o país a ter em seu seio mais de 12 milhões de desempregados, prejudicando ainda mais a previdência social.

3.1 – As medidas que devem ser implementadas para o restabelecimento do desenvolvimento econômico

Com a criação da PEC 241, restringindo os gastos governamentais com base sempre na inflação do ano anterior ao da vigência orçamentária, já deveria estar aprovada e estar sendo discutida a reforma previdenciária e trabalhista para serem implementadas em 2017, ficando o estudo de simplificação tributária para 2018.

Para o exercício de 2018, já deveria estar sendo uma preocupação governamental das três esferas (federal, estadual e municipal) procurando elaborar a peça orçamentária partindo do orçamento base zero, tirando todos os itens não necessários e que reservam quantias

financeiras para sua realização durante o ano, que na realidade não são necessárias ou estão superestimadas.

O comprometimento dos recursos desnecessários estaria servindo para atender as áreas de compromisso governamental – educação, saúde e segurança. Com essa postura será possível planejar de fato os gastos públicos e definir prioridades de execução orçamentária.

A redução do Congresso Nacional em seu número de representantes e dos incentivos que foram criados ao longo dos anos pelos próprios políticos em seu benefício, estendendo ao corpo dos funcionários públicos de uma forma geral, provoca um grande desequilíbrio econômico e social.

A reforma política profunda, extinguindo a manutenção dos partidos políticos com parte dos impostos pagos pelos contribuintes, passando a ser mantido pelos seus filiados, será o maior exemplo de amadurecimento político do país.

É óbvio que muito mais pode e deve ser feito, mas este já seria um bom começo para garantir que os recursos para os programas que efetivamente servem a população não só não cairiam, mas até cresceriam. Para isso se tornar verdade, a população tem de pressionar pelas causas certas. A PEC não é a doença. Ela é um dos remédios necessários para combatermos as distorções que afundam o país. A população tem de forçar a classe política a tomar também os outros remédios (AMORIM, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela apresenta como a Economia é parte de nossa vida e permeia as relações de uma maneira que muitas vezes passa despercebida no que tange as necessidades e os recursos para supri-las. Como meio de estabelecer uma forma justa, confiável e durável de troca destes recursos para as necessidades temos as moedas com capacidades vistas anteriormente como de: incorporar permanentemente o valor do bem original, atuar como padrão de valor e ser instrumento de troca.

Diante desta conceituação básica de economia e da moeda explora-se a importância do Plano Real, pois vem como uma saída para a disfunção que a moeda corrente da época vinha sofrendo, a inflação. O Plano já citado e neste trabalho debatido, foi edificado e concebido em três etapas para não incorrer nos erros das demais medidas utilizadas anteriormente a sua criação.

Com a observância do passado, somada a uma leitura clara do ambiente político-econômico-social da época e um norte de ações que visavam a estabilização econômica culminaram em ações imediatas para preparar a economia para receber o plano propriamente dito através do Programa de Ações Imediatas, posteriormente a criação de uma “moeda transitória” que pudesse funcionar como um sistema de indexação para segurar a inflação corrigindo diariamente seu valor, a URV, até a implementação final do Real como moeda nacional.

Após a execução do Plano Real, as consequências acarretadas foram sentidas profundamente de uma maneira quase instantânea, obtendo sucesso em seu objetivo primário de conter a inflação e “reequacionar o orçamento” da União. Entretanto, não era suficiente, pois para uma forma totalmente eficaz necessitava-se de reformas em diversos âmbitos, principalmente no legislativo, em especial nas normas jurídicas referentes à previdenciária social, setor de tributação e reformas trabalhistas, e ainda, por se tratar de questões politicamente impopulares acabou-se por demanda-las em segundo plano, sendo este um dos motivos pelo qual se não obteve pleno êxito.

O que se diagnosticou com as pesquisas realizadas foi o despreparo de alguns governantes no tratamento do equilíbrio fiscal e nos gastos desordenados das três esferas de governo. Esse sendo um dos aspectos mais influentes para a volta da inflação, com as autoridades governamentais precisando de novos mecanismos para a retomada do crescimento

econômico que vem prejudicando uma parcela significativa da população trabalhadora e de executivos que não tiveram uma política empresarial de longo prazo, uma política comercial realista e a desburocratização para as exportações.

Epítome o presente trabalho possui o objetivo de informar e esclarecer sobre as medidas adotadas pelo País na implantação do Plano Real, seus resultados alcançados durante mais de duas décadas e sua influência nas inúmeras esferas, porém não se obstina esgotar sobre o assunto, vez que inquirir sobre a origem e as decisões tomadas pelos governantes e estudiosos daquela época são de suma importância histórica e cultural para a sociedade, auxiliando-nos na compreensão do presente e na constituição de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Ricardo. **Quem vai pagar a conta da PEC 241? Depende de nós.** 2016. Disponível em: <<http://ricamconsultoria.com.br/news/artigos/quem-vai-pagar-a-conta-da-pec-241-depender-de-nos>> Acesso em 05 de novembro de 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cédulas e moedas brasileiras.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/Museu-espacos/cedulabc.asp?idpai=CEDMOEBR>> Acesso em 04 de novembro de 2016.
- BOCCHI, João Ildebrando; et al. **Economia Brasileira.** 2ª ed. São Paulo, Saraiva, 295p. 2004.
- BOURROUL, Marcela; FERREIRA, Michelle. **20 anos do Plano Real.** 2014. Disponível em: <<http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/index.html>> Acesso em 22 de outubro de 2016.
- BRAZ, O. G. CABRAL, A.S. DIAS, R. **O Plano Real como uma inovação e suas consequências.** IN: XV Congresso Latino Ibero-Americano de Gestão de Tecnologia, Portugal, 2013.
- DUARTE, Lidiane. **Governo Collor.** 2016. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/politica/governo-collor/>> Acesso em 05 de novembro de 2016.
- DUARTE, Lidiane. **Governo de Fernando Henrique Cardoso.** 2016. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/governo-de-fernando-henrique-cardoso/>> Acesso em 05 de novembro de 2016.
- FURTADO, Celso Monteiro. **Formação Econômica do Brasil.** 1ª ed. Brasília, Universidade de Brasília, 309p. 1963.
- GREGORY, N. **Introdução à economia princípios de micro e macroeconomia.** Rio de Janeiro, Elsevier, 831p. 2001.
- GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Economia brasileira contemporânea.** 6ª ed. São Paulo, Atlas, 638p. 2005.
- LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de Administração.** São Paulo: Saraiva, 2004.
- MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia.** 6ª ed. São Paulo. Cengage Learning. 824p. 2015.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios da Economia.** 1ª ed. Londres. 1890.
- MASI, Carlo Velho. **O Crime de Evasão de Divisas na Era da Globalização.** 1ª ed. Porto Alegre. Editora Pradense, 196p. 2013.
- MORAES, Maria Fernanda. **Plano Real, 20 anos: Moeda trouxe novo ciclo de desenvolvimento econômico.** 2014. Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/plano-real-20-anos-moeda-trouxe-novo-ciclo-de-desenvolvimento-economico.htm>> Acesso em 22 de outubro de 2016.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia: introdução ao direito econômico**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 428p. 2014.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira Thonsom Learning, 2003.

PINTO, Tales dos Santos. **Governo Itamar – Economia**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-economia.htm>> Acesso em 05 de novembro de 2016.

ROBBINS, Lionel. **O Ensaio**. 1ª ed. Londres, 158p. 1932.

SOUZA, Nali de J. de. **Curso de economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

THOMPSON JR., A. A.; FORMBY, John P. **Microeconomia da Firma - Teoria e Prática**. 6ª ed. Editora LTC, 358p. 1998

VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Economia: micro e macro**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.